

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Águeda**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de ativo líquido de 108.897.391,28 € e um total de fundos próprios de 70.045.235,05 €, incluindo um resultado líquido de 56.729,84 €), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 25.863.045,72 € de despesa paga e um total de 25.580.351,50 € de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Encontra-se em curso o levantamento do património imobiliário do Município com o intuito de estabelecer uma correspondência integral entre os registos da Autoridade Tributária, as inscrições da Conservatória do Registo Predial e o inventário contabilístico. Desta forma, não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Águeda**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afetar as opiniões expressas nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as situações seguintes:

10.1. Tal como referido na nota 8.2.28 do Anexo, em 2008, o Município reconheceu em resultados transitados o valor do passivo de cerca de um milhão e quinhentos mil euros de dívida à SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A.. Nos termos do “acordo transacional” estabelecido entre as partes, a liquidação daquela importância ocorreria na medida da distribuição dos dividendos recebidos da SIMRIA, sendo que o histórico desta entidade não conjeturava provável a existência de um exfluxo futuro de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e, mesmo que exista um exfluxo de recursos, não é possível determinar com fiabilidade a quantia da obrigação integral a ser liquidada. Não verificando os requisitos para reconhecimento como um passivo aquela quantia foi relevada na conta de resultados transitados, sendo contudo, considerada um passivo contingente.

10.2. Conforme aludido na nota 8.2.28 do Anexo, no presente exercício procedeu-se a um conjunto de movimentos na rubrica de resultados transitados, com o valor líquido (por acréscimo) de 674.704,63 €, relacionados com a valorização de ativos imobilizados que em exercícios anteriores permaneciam relevados em curso e com a utilização de critérios prudenciais na avaliação das responsabilidades que poderão advir de processos judiciais em curso.

Viseu, 16 de abril de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492